**QUEM FOI O EMBAIXADOR AFONSO PEREIRA?**

Douglas Mota Xavier de Lima**[[1]](#footnote-1)**

**Resumo:** O presente artigo se insere na pesquisa de doutoramento que temos desenvolvido sobre a diplomacia quatrocentista portuguesa, em especial sobre os homens que atuaram como embaixadores de D. Afonso V entre 1448 e 1481. O nome Afonso Pereira aparece citado duas vezes na documentação sobre as missões diplomáticas do período, mas sua identificação mostra-se dificultosa principalmente pela existência de um homônimo que também habitava a corte afonsina. Diferente de outros personagens de destaque da sociedade política portuguesa que foram igualmente embaixadores, como João Fernandes da Silveira e D. Jorge da Costa, Afonso Pereira permanece com sua trajetória obscura e sem ser alvo de estudos específicos. Nesse quadro, fazendo uso de diferentes documentações, com destaque para o material genealógico, propõe-se distinguir o possível embaixador afonsino de seu homônimo e contribuir para a caracterização da trajetória do personagem na sociedade quatrocentista portuguesa.

**Palavras-chave**: Portugal, Dinastia de Avis, D. Afonso V, Embaixadores, Afonso Pereira.

**Abstract:** This article is part of the doctorate research that we have been developing on the Portuguese diplomacy in the 15th century, especially on the men acting as ambassadors of D. Afonso V between 1448 and 1481. The name Afonso Pereira is mentioned twice in the documents on the diplomatic missions of the period, but his identification is difficult to get mainly for the existence of a homonym who also inhabited the afonsine court. Differing from other characters of prominence in the Portuguese political society who also were ambassadors, such as João Fernandes da Silveira and D. Jorge da Costa, Afonso Pereira presents an obscure path, not being the target of specific studies. Therefore, making use of different documents but highlighting the genealogical material, this paper aims to distinguish the possible afonsine ambassador from his homonym and to contribute for the characterization of the character's path in the Portuguese society of the 15th century.

**Keywords**: Portugal, Dynasty of Avis, D. Afonso V, Ambassadors, Afonso Pereira.

A investigação acerca dos personagens que atuaram na corte régia quatrocentista não constitui uma novidade no campo da História. O avanço do método prosopográfico entre os medievalistas a partir dos anos 70, em especial na pesquisa sobre o movimento de formação das estruturas estatais no Ocidente, culminou na publicação de obras como *Prosopographie et Genèse de l’État moderne* (1986) e *L’État moderne et les elites (XIIIe-XVIIIe siècle)* (1996). No âmbito da historiografia portuguesa tal inclinação se fez sentir nos pioneiros estudos de Armando Luís de Carvalho Homem e, posteriormente, na conclusão de trabalhos monográficos como os de Judite Gonçalves Freitas.

Outra face desse movimento de retomada da História Política foi a investigação das sociedades políticas medievais e das individualidades que as compunham. Nesse quadro, articulando tais problemas com a questão dos embaixadores quatrocentistas, constata-se a grande contribuição dos trabalhos de Françoise Autrand sobre o duque de Berry e Gontier Col, de Humberto Baquero Moreno sobre João Fernandes da Silveira e Manuela Mendonça sobre D. Jorge da Costa. Não obstante, uma série de outros personagens de menor expressão permanecem com suas trajetórias envoltas em lacunas.

No que tange o caso específico dos embaixadores esse cenário se acentua. Sendo a diplomacia medieval caracterizada como *ad hoc*, não havia um ofício de embaixador e nem mesmo um órgão da administração central responsável pela gestão dos assuntos externos, sendo a figura do embaixador uma criação circunstancial e temporalmente definida. No entanto, o principal obstáculo continua sendo o documental. Em fontes como as procurações, por exemplo, é possível avançar na identificação do assunto tratado, do estatuto do enviado e consequentemente de dados sobre a inserção social do mesmo. Por outro lado, as narrativas cronísticas e as epístolas trocadas entre os monarcas tendem a não oferece esses aspectos, indicando, em alguns casos, apenas o nome do enviado diplomático.

Desta maneira, propomos concentrar o presente estudo na identificação do embaixador português Afonso Pereira, problematizando sua inserção na diplomacia e, especialmente, na corte de D. Afonso V.

\*

A participação de Afonso Pereira na diplomacia portuguesa deu-se em duas missões a Castela. Ambas estão presentes no rol de receitas e despesas da fazenda régia publicado por Jorge Faro (1965:79,82). A primeira embaixada foi identificada pelo autor como a missão ocorrida após a morte de D. Pedro em Alfarrobeira, em 24 de maio de 1449. Cabia ao enviado comunicar a versão régia dos motivos e consequências da Batalha ao monarca de Castela que nutria afinidades com o duque de Coimbra. No documento cita-se apenas “Affonço Perejra”, sem oferecer outras informações sobre o personagem. (MH, Vol. X, doc.49).

Sobre a segunda embaixada não se conhece outro documento, restando apenas a referência presente no rol, no qual Afonso Pereira aparece “outra vez a Castella”. Em caso da referida listagem estar organizada cronologicamente, é possível que a missão tenha ocorrido em inícios dos anos 70, todavia como nos casos de Gabriel Lourenço, Brás Afonso e João Teles, é igualmente possível que a embaixada seja datada em outro momento do reinado afonsino, isto é, entre a missão de 1449 e 1473, ano de término do rol. Se a presença de um Afonso Pereira na diplomacia é confirmada, a identificação do mesmo na sociedade portuguesa do período se mostra muito dificultosa.

O primeiro passo seguido para a definição do embaixador foi procurar alguma referência do personagem na corte de D. Afonso V. Nesse caminho, o livro da moradia da casa real, entre 1462 e 1481, oferece as principais pistas e barreiras para a identificação do personagem (FARO, 1965: 200-207). Para o ano de 1462, encontra-se um Afonso Pereira como reposteiro do rei, existindo ainda um homônimo, com a alcunha de “o moço”, na mesma categoria de cavaleiro fidalgo. O ano de 1469 amplia a incerteza, trazendo dois Afonso Pereira, cavaleiros fidalgos, na casa régia: o primeiro como reposteiro-mor e o segundo como caçador-mor. O ano de 1474 é marcado por uma mudança de posição, pois Afonso Pereira reposteiro-mor, passa a ser membro do conselho régio, enquanto que o homônimo permanece como caçador-mor e cavaleiro fidalgo. O ano de 1477 oferece novos elementos, pois o caçador-mor continua mencionado na mesma categoria, ao passo que o reposteiro-mor deixa de ser citado. O período que compreende o fim do reinado de D. Afonso V não volta a oferecer referências sobre os personagens, sendo de se destacar que no mesmo rol, para o ano de 1479, Gomes Soares de Melo aparece como reposteiro-mor e membro do conselho régio[[2]](#footnote-2).

O mesmo documento oferece um novo elemento acerca dos personagens. Trata-se da menção a Jorge Pereira, “filho de Affonso Pereira, reposteiro-mor”, moço fidalgo da casa real entre 1474 e 1477 e cavaleiro fidalgo no ano de 1479 (FARO, 1965: 214, 218-219). Desta maneira, a distinção entre o reposteiro-mor, pai de Jorge Pereira, e o caçador-mor, parece estar definida, mas o provável embaixador de 1449 ainda permanece em aberto, pois ambos Afonso Pereira habitavam a corte régia e, consequentemente, gozavam da proximidade com o monarca português – principal elemento da escolha dos embaixadores quatrocentistas.

Não obstante, a leitura de obras genealógicas lança problemas para os caminhos traçados. *Brasões da Sala de Sintra* não trata dos personagens, possivelmente membros de ramos marginais dos Pereiras. O *Livro de Linhagens dos séculos XVI* (LL) também não oferece caminhos, mantendo o silêncio sobre tal ramo familiar. A *História Genealógica da Casa Real Portuguesa (*HGCRP) traz a indicação de que D. Catarina Coutinho, filha de D. Gonçalo Coutinho, 2º conde de Marialva, teve como segundo marido um Afonso Pereira, alcaide-mor de Santarém, de quem gerou André Pereira e Francisco Pereira Coutinho. O elemento central que se apresenta na *HGCRP* é a introdução da alcaidaria de Santarém, aspecto inexistente no documento acerca dos moradores da casa real.

A fim de seguir as pistas desse novo vestígio, chegou-se a obra *Memorias Chronologicas Authenticas dos Alcaides-mores da villa de Santarém* (MCA). O texto indica que Afonso Pereira foi alcaide-mor de Santarém a partir de 1461, substituindo Rui Borges de Sousa na posição. O mesmo livro acrescenta que o alcaide Afonso Pereira foi caçador-mor, já em 1461, filho de Fernando Affonso Pereira, e tornou-se reposteiro-mor por mercê em 1475[[3]](#footnote-3), sendo a alcaidaria passada a seu filho André Pereira. As proposições do Visconde de Santarém trazem um problema importante frente ao exposto até o momento: associa Afonso Pereira caçador-mor a Afonso Pereira reposteiro-mor, dizendo tratar-se da mesma pessoa que acumulou ofícios diferentes. A proposta é plausível, mas a existência de dois Afonso Pereira na corte de D. Afonso V, identificados com ofícios e posições diferentes em mesmos anos (1462, 1469, 1474) parece ser um elemento relevante para a defesa de estarmos perante dois personagens distintos.

Visconde de Santarém fundamenta-se nos documentos da chancelaria régia e, no universo que conseguimos levantar, encontra-se no dia 28 de abril de 1488 a confirmação de D. Manuel a Afonso Pereira, fidalgo da casa régia, como alcaide-mor de Santarém. Nessa confirmação referencia-se a carta de 26 de dezembro de 1461, na qual Afonso Pereira assume a alcaidaria sucedendo Rui Borges de Sousa, indicado como seu sogro (Ch. D.M.I., Livro 33, fl. 65v). Na mesma chancelaria encontra-se a confirmação de um documento de 24 de março de 1470, no qual se afirma ser Afonso Pereira alcaide-mor de Santarém e caçador-mor de D. Afonso V (Ch. D.M.I., Livro 33, fl. 66).

A partir da chancelaria a trajetória do caçador-mor da casa real mostra-se mais delimitada. Alcaide-mor de Santarém desde 1461, período já citado como fidalgo da casa régia, Afonso Pereira deve ter recebido a mercê do ofício de caçador-mor entre 1462 e 1469, o que justificaria tanto a existência de um “Afonso Pereira, o moço” para o ano de 1462, como a sua referência como caçador-mor em 1469 e no documento de 1470. Não conseguimos acessar a carta de 1475 citada por Visconde de Santarém, assim mantivemos a distinção entre o caçador-mor e o reposteiro-mor como homônimos, lembrando que o rol apresentado por Jorge Faro cita um Afonso Pereira como reposteiro-mor já no ano de 1469.

Não obstante, o elemento familiar permanece em aberto. Seguindo a *HGCRP*, texto próximo do exposto por Visconde de Santarém, Afonso Pereira, caçador-mor e alcaide-mor, foi casado com D. Catarina Coutinho e, consequentemente, teve como sogro D. Gonçalo Coutinho. O matrimônio é lembrado pelo *LL* (1956: 187) e a indicação da descendência é confirmada nas *MCA*, em especial, com a sucessão da alcaidaria de Santarém por André Pereira. Porém, ao se confrontar a construção da genealogia com o documento da chancelaria régia anteriormente citado, Rui Borges de Sousa aparece como sogro de Afonso Pereira. De acordo com a *Pedatura Lusitana* (PL, 1968: Tomo V, Vol. I, 29)e a biografia elaborada por Baquero Moreno (1979: vol. II, 976-977), Rui Borges de Sousa teve uma filha, D. Brites de Sousa, que foi casada com D. Pedro de Sá. Desta maneira, coloca-se um confronto de informações com o apresentado pela chancelaria. Por fim, o material citado nos leva a considerar Fernando Affonso Pereira como pai do alcaide-mor de Santarém, definição ainda corroborada com o fato de Fernando Pereira ter sido caçador-mor no reinado de D. Afonso V (HGCRP, 1737: tomo III, Livro IV, 42; LIMA, 1734: Tomo I, 345), o que reforça a prática de que certos ofícios tendiam a se concentrar nas mesmas famílias.

Tendo D. Catarina Coutinho como fio condutor da investigação, novos caminhos se abrem. O *Nobiliário de Famílias de Portugal* (NFL), de Felgueiras Gayo, indica que D. Catarina foi casada com Afonso Pereira, alcaide-mor de Santarém, filho de Gonçalo Pereira, que também tivera a alcaidaria da referida vila. Gayo expõe que esse Afonso Pereira teve como irmão Francisco Pereira de Berredo e como filho Francisco Pereira (1939: tomo XXII, 197). Observa-se que o *NFL* modifica a ascendência de Afonso Pereira, não menciona esse personagem como caçador-mor e nem cita André Pereira como seu filho. Não obstante, se a filiação de Afonso Pereira fica incerta, a definição do mesmo como esposo de D. Catarina Coutinho, alcaide-mor de Santarém e pai de Francisco Pereira, nos leva a ter esse personagem como o caçador-mor de D. Afonso V.

Resta retomar a identificação do reposteiro-mor, reafirmado como uma pessoa distinta do caçador-mor e alcaide-mor. Novamente o *NFL* oferece importantes aportes. Gayo cita um Afonso Pereira reposteiro-mor de D. Afonso V, falecido na batalha do Toro (1476). Acrescenta que este foi alcaide-mor e guarda-mor, sem indicar de que localidade. O reposteiro foi filho de D. Isabel Pereira e João Mendes da Guarda (Aguado), corregedor de D. Duarte. Casado com D. Maria Lobato, filha de D. Pedro Lobato, teve como descendente Violante Pereira (GAYO, 1939: Tomo XXII, 187).

A filha aparece como mulher de António de Brito, o Velho, alcaide-mor de Beja, filho de Sebastião de Brito. Nota-se que ao tratar dos Brito, Felgueiras Gayo cita duas Violante Pereira, uma que foi esposa do alcaide-mor da Beja e filha de Afonso e Maria, e outra que foi esposa de um homônimo, filho de Artur de Brito e caçador-mor de D. Afonso V. Essa segunda Violante Pereira também seria filha de um reposteiro-mor de nome Afonso Pereira, sendo esse ofício exercido no reinado de D. Manuel (GAYO, 1939: tomo VII, 82).

Alguns problemas se apresentam. A listagem dos oficiais da casa real presente na *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa*, indica um António de Brito como caçador-mor de D. Manuel, seguindo o ofício desempenhado por outro Brito nos reinados anteriores – Affonso Vaz de Brito, com D. João II e D. Manuel –, que seria o pai de António (LIMA, 1734: Tomo I, 346). Por não termos outra referência nesse sentido, não seguiremos por tal via interpretativa. Pelo contrário, retomamos a proposta de Gayo, que defende ser António de Brito filho de Artur de Brito e neto de Estevão de Brito, casado com uma Violante Pereira, filiação e casamento também referendados no *LL* (1956: 361-363)*.*

É interessante notar que esse António de Brito, caçador-mor, teria morrido por volta de 1500, o que justificaria ser ele o esposo de Violante Pereira, filha do reposteiro-mor, e não o homônimo alcaide da Beja, filho de Sebastião de Brito e D. Franca da Costa como se encontra no *NFP.* Sem indicação do ano dos casamentos dos Afonso Pereira citados por Gayo, acreditamos que o nascimento de Violante Pereira, filha do reposteiro-mor morto em 1476, tenha ocorrido antes desse ano. Desta maneira, ela teria, no mínimo, 24 anos no momento da possível morte de António de Brito, caçador-mor citado por D. Luiz Caetano de Lima. Seguindo essa interpretação, parece estranho concordar com o *NFP* que apresenta Violante casando com um filho de Sebastião de Brito, cujo enlace se deu com D. Franca da Costa, filha de um oficial de D. João III (1521-1557). Sebastião da Costa, escrivão da guarda-roupa, aparece em 1524 recebendo provisões do monarca. Não temos outros dados sobre esse oficial, mas, provavelmente, tenha nascido por volta de 1490 ou 1500 e, consequentemente, seu filho António de Brito não teria nascido no século XV. Nesse caso, para concordarmos com D. Luiz de Lima, Violante Pereira teria se casado, no mínimo, por volta dos 40 anos, tendo António no máximo 20.

Outro elemento nos auxilia a discordar do *NFP* e pensar que Violante casou com António, caçador-mor. D. Luiz de Lima diz que a filha do reposteiro-mor casou com o alcaide da Beja, contudo, a alcaidaria que pertencia a Artur de Brito, nos anos 20 do século XV, passou a seu primogênito, D. Estevão de Brito. Esse não teve filhos varões, e a alcaidaria da Beja aparece assumida, já em 1505, por D. Pedro de Sousa, esposo de D. Maria de Brito (GAYO, 1939: tomo VII, 73-74).

Conclui-se, desta maneira, próximo do exposto na *PL*, que António de Brito, filho de Artur de Brito, foi caçador-mor (de D. Afonso V?, de D. Manuel?, de ambos?), e casado com D. Violante Pereira, filha do reposteiro-mor de D. Afonso V (1968: Tomo V, Vol. IV, 248). Resolvido um aspecto da descendência, cabe retomar a ascendência de Afonso Pereira através de um caminho facilitado pela exclusão dos dados relativos ao caçador-mor e alcaide-mor de Santarém.

Até o momento considera-se que foi filho de D. Isabel Pereira e D. João Mendes da Guarda. Casado com D. Maria Lobato, teve desse casamento D. Violante, casada com António de Brito, caçador-mor, e Jorge Pereira, tal como mostra-se no rol de membros da casa de D. Afonso V. Essa organização da genealogia de Afonso Pereira é questionada por uma referência feita por Saul Gomes: “Os cargos [da Corte] tenderão a ser apropriados pelas linhagens heráldicas dos cavaleiros-fidalgos cortesãos. (...) Duarte Pereira servia o cargo de reposteiro-mor em 1455 e também um seu descendente, Afonso Pereira, em 1469” (2009: 162). O historiador português remete essa discussão acerca da presença das linhagens na Corte ao trabalho de Rita Costa Gomes *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média* (1995). A autora, por sua vez, restringe-se a dizer que se trata de um ramo desconhecido e de difícil identificação dos Pereira. Diz ainda que Duarte Pereira foi um morador da corte de D. João I, sem indicá-lo como reposteiro-mor. Segue expondo que Lisuarte Pereira e Afonso Pereira foram sucessivos reposteiros-mor da corte afonsina, sem concluir que seria um caso de filiação (GOMES, 1995: 80-81).

Em vista dessas lacunas, não seguiremos pela sugestão dos autores, antes preferimos manter Afonso Pereira como filho de D. Isabel Pereira, pois esse caminho nos leva a inseri-lo como neto de D. Álvaro Pereira e, consequentemente, sobrinho de Lisuarte Pereira (GAYO, 1939: Tomo XXII, 181, 187). Em outras palavras, seguir a ascendência materna, nos permite, de forma coerente, observar Afonso Pereira como membro de um ramo familiar que atuou e ascendeu em torno da corte régia. Lisuarte Pereira exerceu o ofício de reposteiro-mor na corte afonsina e a biografia apresentada por Baquero Moreno estende-se temporalmente até o ano de 1462 (MORENO, 1979: Vol. II, 927-928), ano no qual Afonso Pereira é mencionado na corte apenas como reposteiro. É possível que Lisuarte tenha falecido nos anos seguintes, o que levou o ofício de reposteiro-mor a passar ao sobrinho, Afonso Pereira, já indicado na posição em 1469.

\*

Com essas palavras pretendemos ter contribuído para a distinção entre Afonso Pereira, reposteiro-mor, e seu homônimo, alcaide-mor de Santarém e caçador-mor, ambos membros da corte de D. Afonso V. Buscamos apresentar os detalhes de nossa construção a fim de esclarecer as posições tomadas e, quiçá, facilitar a identificação de alguma leitura equivocada. Cabe, por fim, oferecer uma resposta ao motivo dessa discussão: quem foi o embaixador duas vezes enviado a Castela?

Acreditamos não poder resolver essa indagação de forma plena. Ao iniciar o texto, escolhemos identificar Afonso Pereira, “o moço”, cavaleiro fidalgo de 1462, como o caçador-mor de 1469. Seguindo a *HGCRP* e a *MCA*, observa-se que esse personagem, alcaide-mor de Santarém, recebeu diferentes cartas de privilégio entre os anos 70 e 80, sendo de se destacar a nomeação como couteiro das perdizes da Vila de Santarém (26 de outubro de 1480) e a mercê da alcaidaria-mor de Mugem (28 de dezembro de 1481). Nota-se, desta maneira, que a presença desse Afonso Pereira na documentação da época se amplia a partir de 1461, quando assume como alcaide-mor de Santarém, avançando aos anos 80.

Por outro lado, o reposteiro-mor de 1469 já era membro da corte em 1462, exercendo a função de reposteiro ao lado de seu tio, Lisuarte Pereira. Seu avô, D. Álvaro Pereira, senhor de Souzel, se insere na geração nascida em torno de 1400, o que nos leva a considerar que seus filhos – Galliote Pereira, Henrique Pereira, Lisuarte Pereira, Isabel Pereira e Gonçalo Pereira – tenham nascido por volta dos anos 30, no reinado de D. Duarte. Essas suposições contribuem para encarar Afonso Pereira, embaixador em 1449, como um jovem membro da corte, ligado ao tio, reposteiro-mor, que lutou ao lado do monarca em Alfarrobeira.

Acrescenta-se o fato da atuação desse embaixador não ser esclarecida, parecendo que, em 1449, atuou apenas como mensageiro de D. Afonso V, incumbido de levar a carta do monarca ao rei de Castela. Não há menções de negociações levadas a cabo pelo embaixador, nem de acompanhantes na missão. Esse aspecto nos leva a considerar que o interesse régio na embaixada era apenas comunicar a sua versão a D. João II, não demandando para isso uma comitiva, um enviado de alta dignidade na nobreza portuguesa ou doutores em leis. O contraste é ainda mais claro ao notar a preocupação régia com a repercussão de Alfarrobeira na Santa Sé, que motiva o monarca a enviar duas embaixadas ao papa em inícios dos anos 50, uma com o doutor Vasco Fernandes de Lucena, o secretário Pero Gonçalves e o arauto Lisboa, e outra com Luiz Gonçalves Malafaia, o doutor Rui Gomes, Manuel Diogo e o secretário Antão Gonçalves.

Pensamos ser o mesmo Afonso Pereira, embaixador do contexto pós-Alfarrobeira, o enviado a Castela em data incerta pelo simples fato do rol indicar “Affonso Pereira outra vez a Castella”. Nesse quadro, uma das possibilidades é que ele já fosse reposteiro-mor de D. Afonso V e, por esse motivo, ainda mais próximo do monarca, reafirmando a prática da escolha de embaixadores entre os membros da casa real.

**Referências bibliográficas**

Abreviações

Ch. D.M.I – Chancelaria de D. Manuel I.

HGCRP – História Genealógica da Casa Real Portuguesa.

LL – Livro de Linhagens do século XVI.

MCA – Memorias Chronologicas Authenticas dos Alcaides-mores da villa de Santarém.

NFL – Nobiliário de Famílias de Portugal.

PL – Pedatura Lusitana.

**Chancelaria de D. Manuel I**, Livro 33, fl. 65v, 66.

FARO, Jorge.**Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)**. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Econômicos, 1965.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras. **Nobiliário de Famílias de Portugal**. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Braga: Officina grágica da Pax, 1939, Tomo VII, XXII.

GOMES, Saul António. **D. Afonso V**. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009.

GOMES, Rita Costa.**A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média***.* Lisboa: Difel, 1995.

LIMA, D. Luiz Caetano de. **Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa***.* Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, 1734, Tomo I.

**Livro de Linhagens do século XVI***.* Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956.

**Monumenta Henricina**. Organizada por António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1969, Vol. X.

MORAIS, Cristóvão Alão de. **Pedatura Lusitana. Nobiliário de Famílias de Portugal***.* 1968,Tomo V, vol. I, IV.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. **A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico***.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, 2v*.*

SOUSA, António Caetano de. **História Genealógica da Casa Real Portuguesa***.* Lisboa: Officina de Joseph António da Silva, 1737, Tomo III, Livro IV.

SANTARÉM, Visconde de. **Memorias Chronologicas Authenticas dos Alcaides-mores da villa de Santarém***.* Lisboa: 1825.

**Apêndice: Ficha biográfica de Afonso Pereira[[4]](#footnote-4).**

AFONSO PEREIRA

**1. DADOS CRONOLÓGICOS**

1.1. VIDA: ?-c.1476

**2. INSERÇÃO GEOGRÁFICA**

2.1. VIAGENS: Castela (2).

**3. INSERÇÃO SOCIAL**

3.1. FAMÍLIA

3.1.1. GERAÇÃO PRECEDENTE: Filho de João Mendes da Guarda (Aguado) e D. Isabel Pereira.

3.1.2. CASAMENTO: D. Maria Lobato, filha de Pedro Lobato.

3.1.3. DESCENDÊNCIA: João Pereira, Violante Pereira.

3.2. LAÇOS PESSOAIS

3.2.1. DEPENDÊNCIA: Cavaleiro da casa de D. Afonso V.

3.3. ESTATUTO SOCIAL

3.3.1. DA GERAÇÃO PRECEDENTE: O pai foi corregedor de D. Duarte.

Lisuarte Pereira, tio, foi reposteiro-mor de D. Afonso V.

3.3.2. DO INDIVÍDUO: Cavaleiro.

3.3.3. DA GERAÇÃO SEGUINTE: João Pereira é mencionado como moço fidalgo da casa de D. Afonso V, entre 1474 e 1477, e escudeiro fidalgo, em 1479. Violante Pereira casou-se com António de Brito, caçador-mor.

**4. NÍVEL ECONÔMICO**

4.1. RENDIMENTOS E REMUNERAÇÕES: Entre 1462 e 1469, na condição de cavaleiro fidalgo e reposteiro da casa de D. Afonso V, aparece recebendo a renda de 1800 reis. Em 1474, na condição de cavaleiro do conselho e reposteiro-mor, aparece no rol da casa de D. Afonso V recebendo a renda de 4286 reis.

**5. CARREIRA DIPLOMÁTICA:**

5.1. MISSÕES: Enviado a Castela após a batalha de Alfarrobeira (24 de maio de 1449). Aparece em outra missão a Castela.

5.2. PARTICIPAÇÃO NA EMBAIXADA: Na primeira missão a Castela tem como objetivo expor as circunstâncias e os fatos que levaram à morte do infante D. Pedro.

5.3. RENDIMENTOS: 170 dobras na missão a Castela em 1449. 100 dobras na nova missão a Castela.

**6. CARREIRA BUROCRÁTICA**

Entre 1462 e 1469 aparece como reposteiro da casa de D. Afonso V. Em 1474 é mencionado como Reposteiro-mor de D. Afonso V.

**7. CONSELHO RÉGIO**

Em 1474 é mencionado como cavaleiro do conselho.

1. Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Oeste do Pará. Doutorando no PPGH/UFF com pesquisa acerca da diplomacia portuguesa no século XV financiada pela CAPES e sob orientação da Prof. Dr.ª Vânia Leite Fróes. Vice-líder do GTHAM – Grupo de Trabalho de História Antiga e Medieval na Amazônia. Membro do Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos (UFF). Contato: douglas.mxl@ufopa.edu.br [↑](#footnote-ref-1)
2. A historiografia tem pontuado que o documento não pode ser tomado de forma exaustiva, sendo encontrados inúmeros casos de membros da moradia régia que não estão presentes no rol. Assim, a priori, não se pode tomar a ausência de menções aos personagens após 1474/1477 como uma expressão de falecimento. [↑](#footnote-ref-2)
3. Acrescenta-se que, segundo o rol, Afonso Pereira reposteiro-mor aparece em 1474 como conselheiro e depois deixa de ser citado, por mais que Afonso Pereira caçador não apareça como reposteiro em 1477 no mesmo documento. [↑](#footnote-ref-3)
4. A matriz utilizada para a identificação dos embaixadores teve como base o modelo elaborado por Armando Luís de Carvalho Homem e Judite Gonçalves Freitas e seguido por diferentes monografias acerca dos homens da burocracia régia (Cf.: A prosopografia dos burocratas régios (séculos XIII-XV): da elaboração à exposição dos dados. In: BARATA, Filipe Themudo (ed.). *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos.* Lisboa: Colibri, 2011, p.171-210). A exposição apresentada no apêndice visa apenas favorecer a sistematização dos dados expostos no texto. [↑](#footnote-ref-4)